

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL N° 025

Período: de 23/03/02 a 29/03/02

Franca – Brasil

- 1 - Governo manda Exército e Polícia Federal retirarem “Sem Terra” da Fazenda
- 2 – Município gaúcho reintegra área ocupada pelo Exército
- 3 - General Cardoso defende ABIN e propõe divisão do Ministério da Justiça
- 4 - Justiça estuda processar filha do presidente Fernando Henrique por uso de avião da FAB

1.- Governo ordena que Exército e Polícia Federal retirem “Sem Terra” da Fazenda do Presidente Fernando Henrique Cardoso

O ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso, disse que cerca de 300 homens do Exército e da Polícia Federal foram deslocados para Buritis no estado de Minas Gerais para cumprir determinação judicial para retirada dos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais SemTerra (MST), que invadiram neste fim de semana a fazenda Córrego da Ponte, de propriedade da família do presidente Fernando Henrique Cardoso, que fica localizada em Buritis, estado de Minas Gerais. Indagado sobre o uso da força na ação, durante entrevista, o general disse que apenas seria imposta a lei. Alberto Cardoso disse ainda que a atenção especial dada à propriedade decorre do fato do governador do estado de Minas Gerais, Itamar Franco, não ter tomado nenhuma atitude com relação à proteção da mesma, função que é atribuição dos governos estaduais. Itamar Franco afirmou que agiu em cumprimento a uma liminar da Justiça considerando a fazenda território federal, e que a intervenção estadual constituiria ingerência. Segundo Alberto Cardoso, o Exército deixará Buritis gradualmente. O ministro promete apurar falhas que permitiram a invasão da fazenda. Quando necessário, o governo pode requisitar a qualquer momento o envio de tropas das Forças Armadas para garantir a segurança da fazenda. A medida está no despacho do Ministro Nelson Jobim do Supremo Tribunal Federal (STF); a alegação jurídica é o cumprimento dos “objetivos de segurança e manutenção da autoridade do presidente da República”, previsto nos artigos 142 e 84 da Constituição, na Lei Complementar nº97/99 e na Medida Provisória 2216-37. O presidente Fernando Henrique Cardoso disse em entrevista que este tipo de invasão é um desrespeito à democracia. O presidente da União Democrática Ruralista (UDR, o sindicato dos proprietários rurais), Luís Antônio Nabhan Garcia disse que o envio de tropas do Exército à propriedade invadida está “fora da legalidade democrática”. Segundo ele, a presença da Polícia Federal seria mais do que suficiente. (Folha de S. Paulo – Brasil - 23/03/02; Estado de S.Paulo-23/03/02; Correio Braziliense -24/03/02; Folha de S. Paulo-Brasil - 24/03/02; Folha de S. Paulo- Brasil- 26/03/02; Folha de S. Paulo - Em cima da Hora - 26/03/02; Folha de S.Paulo – Brasil – 27/03/02).

2.- Município gaúcho reintegra área ocupada pelo Exército

A prefeitura da cidade de Passo Fundo (RS), recuperou nesta Segunda-feira a posse de uma área ocupada desde o início do século passado pelo Exército. A área até então ocupada pelo 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada, vai abrigar algumas secretarias municipais e uma dependência da Polícia Federal. (Globo- Plantão País- 26/03/02; Jornal do Brasil - 26/03/03).

3.- General Cardoso defende ABIN e propõe divisão do Ministério da Justiça

O ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Mendes Cardoso, ocupou esta semana a cadeira principal do fórum de Gestão Pública Eficiente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN). Em uma hora de palestra no Centro do Rio de Janeiro, ele manteve-se fiel ao tema: "Segurança Pública: Prioridade Nacional". O Ministro defendeu a divisão do Ministério da Justiça em dois, com a criação de um ministério específico para Segurança Pública em nível federal. Defendeu também o reaparelhamento das polícias como condição estratégica para o alcance mais imediato resultados positivos no combate à violência. Justificou também as falhas da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), dizendo que os dados sobre a invasão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram mal interpretados, isentando a ABIN e assumindo a responsabilidade pela ausência de proteção quando da primeira iminência de invasão. O presidente Fernando Henrique Cardoso também defende a ABIN e diz confiar plenamente na sua eficiência. (Correio Braziliense- Últimas Notícias- 25/03/02; Folha de S. Paulo- Brasil- 25/03/02; Estado de S. Paulo- 26/03/02; Jornal do Brasil- Brasil- 26/03/02).

4.- Justiça estuda processar filha do presidente Fernando Henrique por uso de avião da FAB

O Ministério Público solicitará a presença da filha do Presidente Fernando Henrique Cardoso, Luciana Cardoso, para explicar porque utilizou o avião da Força Aérea Brasileira (FAB) para vistoriar a fazenda da família, situada em Buritis (MG), invadida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no fim de semana. Luciana é secretária da Presidência da República, cargo que não oferece prerrogativas quanto ao uso de aviões da FAB; o Procurador Geral da República, Luís Francisco de Souza, entendeu que Luciana utilizou-se indevidamente de bem público, bem como dos serviços dos servidores públicos que a acompanharam na viagem e na vistoria, constituindo crime contra a Lei de Improbidade Administrativa. O governo alega a fazenda é uma das residências oficiais do presidente, e que Luciana estava cumprindo missão de governo. (Folha de S. Paulo 27/03/02; Correio Braziliense Política – 28/03/02; Jornal do Brasil – 28/03/02; O Estado de S. Paulo – Política – 29/03/02).

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correiobraziliense.com.br

Folha de São Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista CNPq/Pibiq e Luciene Capellari, bolsista CAPES. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.